LEI 1385/2007

Autoriza o Executivo Municipal, instituir o Programa Municipal - para atendimento de pequenas despesas existentes nas escolas municipais e dá outras providências

Faço saber, que a Câmara Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná aprovou e eu, Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal, com o objetivo de atender de forma rápida e eficiente às necessidades de manutenção das escolas municipais, relativas a despesas de "pequena monta".

Art.2º - A execução do programa de que trata esta Lei consistirá no repasse direto de recursos financeiros às escolas da Rede Municipal de Ensino, destinados exclusivamente a despesas com material de consumo e pequenos reparos.

Parágrafo Único - o valor dos recursos a ser repassado a cada escola será determinado proporcionalmente ao número de alunos matriculados, número de turmas, turnos de funcionamento, porte da escola e área física da edificação, levando-se ainda em consideração outros indicadores educacionais e sociais disponíveis, bem como a finalidade do repasse.

Art.3º - Os recursos oriundos do programa serão repassados, em parcelas mensais, às escolas pela Prefeitura, até o dia 05 de cada mês.

Art.4º - Os recursos financeiros repassados para a escola serão administrados pelo Diretor de cada escola e pela APM (Associação de Pais e Mestres), a quem compete, prestar contas da aplicação dos recursos para o Departamento Municipal de Educação a cada 6 (seis) meses. Ao Departamento de Educação caberá fazer a prestação de contas para o Executivo Municipal, também a cada 6 (seis) meses.

Art.5º - A prestação de contas dos recursos será encaminhada ao Departamento de Educação pela escola até 15 de julho de cada ano, para a prestação de contas dos primeiros 6 (seis) meses, e até 15 de dezembro de cada ano para o segundo semestre.

§ 1º - a prestação de contas de que trata este artigo, deverá ainda ser instruída com documentos comprobatórios das despesas, e acompanhada de parecer da AMP.

§ 2º - na data da prestação de contas o saldo eventualmente existente será recolhido ao Tesouro Municipal.

Art.6º - A liberação de recursos para a escola será suspensa nos casos de atraso na entrega ou desaprovação da prestação de contas, até sua regularização, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis.

Art. 7º - Compete ao Departamento Municipal de Educação:

I - baixar instruções normativas pertinentes à aplicação e à prestação de contas dos recursos do programa;

II - supervisionar, proceder a avaliação sistemática e fiscalizar a execução do programa;

III - apurar as infrações a esta Lei e normas complementares aprovadas pelo órgão.

Art. 8º - As despesas decorrentes desta Lei serão repassados de acordo com o porte de cada escola, a seguir descrito:

I - Porte 01 - mais de 481 alunos - valor: R\$ 420.00 (quatrocentos e vinte reais).

II - Porte 02 - até 480 alunos - valor: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)

Art. 9º - As despesas de "pequena monta" de que trata o artigo 1º desta Lei, consiste em artigos de Expediente; material de limpeza e higiene; matérias primas e materiais para conservação e reparos de bens móveis e imóveis; material e utensílios escolares, didáticos e Desportivos; serviços de terceiros e encargos com mão de obra; material permanente e equipamentos, bem como os demais utilizados no dia a dia da escola.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº 1259/2004 de 05 de Julho de 2004 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos 10 dias do mês de Setembro de 2007.

Miguel Carlos Rodrigues de Aguiar
Prefeito Municipal